



Número: **0816740-90.2018.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **14ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **16/03/2018**

Valor da causa: **R\$ 5.062,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
MARCOS ANTONIO DA SILVA (AUTOR)	ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO) JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO)
BRDESCO SEGUROS S/A (REU)	ANDREA FORMIGA DANTAS DE RANGEL MOREIRA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
13105844	16/03/2018 11:22	Petição Inicial	Petição Inicial
13105863	16/03/2018 11:22	MARCOS ANTONIO DA SILVA (2)	Outros Documentos
13105867	16/03/2018 11:22	MARCOS ANTONIO DA SILVA	Outros Documentos
13105877	16/03/2018 11:22	MARCOS ANTONIO DA SILVA-1	Outros Documentos
13313347	28/03/2018 14:56	Petição	Petição
13313387	28/03/2018 14:56	Procuração	Procuração
13313391	28/03/2018 14:56	Atos Constitutivos,	Outros Documentos
13313397	28/03/2018 14:56	Petição Requerendo Intimação	Outros Documentos
13313417	28/03/2018 14:57	Habilitação em processo	Petição de habilitação nos autos
14291860	16/05/2018 17:30	Despacho	Despacho
14936555	20/06/2018 12:39	Expediente	Expediente
15306294	12/07/2018 11:13	Petição	Petição
15306374	12/07/2018 11:13	compr res MARCOS	Outros Documentos
24634971	23/09/2019 15:41	Despacho	Despacho
25572570	23/10/2019 15:53	Expediente	Expediente
15306347	18/11/2019 14:58	Petição	Petição
29604443	02/04/2020 17:27	Decisão	Decisão
29973049	17/04/2020 23:59	Expediente	Expediente
29973051	18/04/2020 00:05	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório

31672 222	18/06/2020 13:25	Mandado	Mandado
33954 979	03/09/2020 14:58	Devolução de Mandado	Devolução de Mandado

ANEXO



SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOCACIA & CONSULTORIA

Av. João Machado, 399, Sala - 01, Centro, João Pessoa-Paraíba.
87326361/86602858/88812056/93421170/99722687/35126361-

PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

NOME Marcos Antônio da Silva
CPF 030 317 944-84 RG 2293 236
ESTADO CIVIL Solteiro PROFISSÃO _____
ENDEREÇO Sítio Morcozipe S/N. Área rural Helviana
TELEFONE 9180-7986 / 9100-0119 /

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578, ALEXANDRA CESAR DUARTE, OAB/PB sob o n. 14.438, MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA, OAB/PB 17295, com escritório profissional sito à Avenida João Machado 399, sala 01, Centro, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa-PB, 28 de 10 de 2015.

X

Marcos Antônio da Silva
OUTORGANTE



MARCONE BERNARDO DA SILVA
SIT MARACAÍPE, S/N - ÁREA RURAL
ITABAIANA/PB CEP: 58360000 (AQ: 113)

Classe/Subcl: RESIDENCIAL/RESIDENCIAL TRIFÁSICO
Roteiro: 18-113-325-8235 Referência: Jul/2015
NP medidor: 00008862712 Emissão: 29/07/2015

energisa
ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Bd 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP: 58071-680
CNPJ: 09.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.623-0
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 001 348 410
Código para Débito Automático: 00017035940

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

RESERVADO AO FISCO

1M2 1818 7474 8243.09d4 0881 adfc e1c6

Conta referente a

CDC (Código do Consumidor): 5/1703594-0

Jul / 2015

Canal de contato

Apresentação

29/07/2015

Data prevista da
próxima leitura

31/08/2015

CPF/CNPJ/RANI

131102207

Cálculo de consumo

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
30/06/15 1123	29/07/15 1261	1	138	29

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 24/07/2015 PAGAS
OBRIGADO!

Descrição	Demonstrativo	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	138	0,37956	52,37
Adic. B. Vermelha			7,59

IMPOSTOS E ENCARGOS

FIS			1,09
COFINS			5,04
CONTRIB ILUM PUBLICA			2,09
ICMS (Base de Cálculo R\$ 90,53 Aliquota 27,00%)			24,44

Histórico de Consumo
(kWh)

Jun/15	155
Mai/15	146
Abr/15	167
Mar/15	166
Fev/15	163
Jan/15	196
Dez/14	101
Nov/14	18

Média dos últimos meses
140 kWh

VENCIMENTO
06/08/2015

TOTAL A PAGAR
R\$ 92,62

2015 - Itabaiana

Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	0,00	NOMINAL 380
DIC TRIMESTRAL	24,71	
DIC ANUAL	49,42	
FIC MENSAL	8,00	CONTRATADA 348
FIC TRIMESTRAL	15,94	LIMITE INFERIOR 366
FIC ANUAL	31,89	LIMITE SUPERIOR 396
DMC	6,78	
DICRI	16,80	

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/PB	23,69	25,58
Compra de Energia	28,98	31,29
Serviço de Transmissão	2,00	2,18
Encargos Setoriais	5,29	5,71
Impostos Diretos e Encargos	32,66	35,26
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	92,62	100,00

Valor do encargo do Uso do Sistema de Distribuição
(Ref 6/2015) R\$ 31,49

ATENÇÃO





(/)

Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3160146613 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** MARCOS ANTONIO DA SILVA**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO** RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO ARUANA SEGUROS S/A**BENEFICIÁRIO** MARCOS ANTONIO DA SILVA**CPF/CNPJ:** 03031794494**Posição em 18-01-2018 14:40:40**

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento na conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
23/03/2016	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
01/04/2016	Pagamento de Indenização, com memória de cálculo de invalidez	
11/03/2016	Interrupção de Prazo	
01/03/2016	Aviso de Sinistro	

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A O

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo

1/2



Assinado eletronicamente por: ALEXANDRA CESAR DUARTE - 16/03/2018 11:20:21

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18031611110013400000012803463

Número do documento: 18031611110013400000012803463



(R)
Pc-1
17/10/15





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS DA CAPITAL

Rua Manoel Rufino da Silva, SN, Central de Polícia - João Paulo II, João Pessoa - PB/CEP: 58076-005



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 3924/2015

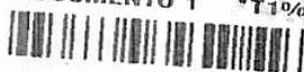
Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, nesta cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Delegacia de Acidentes de Veículos da Capital, sob a responsabilidade do Delegado de Polícia Francisco Deusdedit Leitão Filho, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, aí por volta das 11:11h, compareceu o (a) Senhor (a): **MARCOS ANTÔNIO DA SILVA**, brasileiro, natural de Itabaiana/PB, solteiro, com 39 anos de idade, Costureiro, Ensino Médio, filho de José Bernardo da Silva e de Severina Sabino da Silva, RG. 2.293.236--SSP/PB, residente no Sítio Maracaípe, SN, Itabaiana/PB, o (a) qual notificou o seguinte: QUE, no dia 17/10/15, por volta das 18:30h, quando conduzia a motocicleta de marca HONDA/NXR 160 BROS ESDD, cor vermelha, ano 2015, de placa QFL-6685/PB, chassi nº 9C2KD0810FR442100, de sua propriedade, por uma via que fica localizada na cidade de Pilar/PB, após o freio dianteiro travar, o notificante perdeu o controle de direção caindo ao solo, e que em decorrência desse fato veio a sofrer trauma contuso do tornozelo esquerdo, sendo admitido no Complexo Hospitalar de Mangabeira, onde se submeteu a procedimentos médicos. Por este motivo notificou o fato. O referido é verdade, dou fé.

João Pessoa (PB), 09 de dezembro de 2015.

Marcos Antônio da Silva
Notificante

Carlos Antônio Duarte Félix
Escrivão de Polícia Civil
Mat. 135.602-3
Escrivão

DOCUMENTO 1 - T1%



ARUANA SEGUROS
29 FEV 2016



DUARTE E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
VARA CÍVEL DA CAPITAL/PB.

JUSTIÇA GRATUITA

MARCOS ANTONIO DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no RG sob o nº 2293236 SSDS/PB e CPF de nº 030.317.994-94, residente e domiciliado no Sítio Maracaipe, S/N, Casa – Área Rural, Itabaiana/PB, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço à rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, sala 4, Mangabeira, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

Em face da **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S.A** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.055.146/0001-93, que poderá ser citada no Parque Sólon de Lucena, nº 641, Centro, CEP 58013-131, João Pessoa – PB, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante:



DUARTE E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

1) PRELIMINARMENTE - DA JUSTIÇA GRATUITA

O promovente não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Com fulcro na Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), requer o Benefício da Justiça Gratuita.

Não obstante o promovente está sendo representado em juízo por advogado particular, esse fato não inibe o deferimento do pleito acima requerido, nesse sentido brilhante é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, através da Súmula nº 29, que transcrevemos *in verbis*:

“Súmula 29. Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública. (PUB DJ 29/310598)”.

1.2 – DO FORO

As vítimas de acidentes de trânsito agora podem optar por acionar judicialmente a seguradora para pedir a indenização do seguro Dpvat de acordo com a cidade em que for mais conveniente. Segundo decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a competência para decidir sobre o caso pode ser **DA JUSTIÇA DO LOCAL DO ACIDENTE, DA CIDADE ONDE MORA O REQUERENTE OU DE ONDE MORA O RÉU.**

A recentíssima Súmula 540 do STJ assenta que *"Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu"*

Ementa

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES - DPVAT. DEMANDA DE NATUREZA PESSOAL. FACULDADE DO AUTOR NA ESCOLHA DO FORO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO. FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU. ART. 94, CAPUT, DO CPC. LOCAL DO ACIDENTE OU DE SEU DOMICÍLIO. ART. 100, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. 1. Para fins do art. 543-C do CPC: Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos



DUARTE E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Automotores de Vias Terrestres - DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente ou o do seu domicílio (parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo Diploma). 2. No caso concreto, recurso especial provido. Processo nº REsp 1357813

2) DOS FATOS

O promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido em **17/10/2015**, conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

Por ocasião do acidente, o autor sofreu inúmeras lesões que o deixaram com sequelas irreversíveis. Os documentos médicos acostados comprovam que houve fratura de maléolo lateral esquerdo, **que o deixou com permanente debilidade no pé afetado**, o que o torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT), sendo passível de receber indenização integral, qual seja, o valor de R\$ 6.750,00, pois sente dificuldades em exercer suas atividades normais do dia a dia.

O demandante, ao ingressar com o requerimento na via administrativa, solicitando a liberação do referido seguro, recebeu de uma das seguradoras que fazem parte do complexo de seguradoras denominado FENASEG a quantia de R\$ 1.687,50 em 23/03/2016, conforme documentação acostada.

Contudo, o valor realmente devido à autora corresponde a uma quantia bem maior do que a que recebera, pois a Lei que regulamenta o pagamento do seguro advindo de acidente automobilístico ordena as seguradoras que efetuem o pagamento na quantia de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Desse modo, facilmente observa-se que o pagamento efetuado pela seguradora à promovente foi feito em um valor bem menor do que era para ser devidamente pago, conforme ficará provado.

3) DO DIREITO

3.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM



Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o percebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S.A**

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

3.2 – DA CARÊNCIA DE AÇÃO – preliminar de ausência de submissão à instância administrativa

Merece rejeição a preliminar de ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, afim de pleitear o percebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim. Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância



Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de exaurimento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial.

3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL

No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico ESPECIALISTA, PERITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, conforme preconiza a resolução 003/2013, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

3.4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:



Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (destaque nosso).

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

3.5 – DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:



DUARTE E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

4) DA POSTULAÇÃO

EX POSITIS, requer a Vossa Excelência:

a) ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;

b) ao final, JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE a demanda em epígrafe para condenar a seguradora promovida a pagar a diferença devida ao promovente equivalente hoje a perícia médica, corrigido desde a data do evento danoso, conforme súmula 54 do STJ;

c) a designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do artigo 319, VII, do CPC/2015, já com perito judicial, com intuito de realização de avaliação médica especializada conforme convênio firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;

d) a concessão do benefício da Justiça Gratuita, com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015, por não ter condições de arcar com as despesa e custas processuais, sem sacrifício de sua subsistência e de sua família;

e) ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20% (vinte), sobre o valor da causa, em caso de recurso;

f) por fim, requer que todas as citações e intimações sejam feitas em nome dos advogados habilitados na presente demanda, de acordo com procuração anexa, sob pena de nulidade.

Protesta o AUTOR, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.



DUARTE E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Dá-se à causa o valor de R\$ 5.062,50

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 13 de março de 2018.

JOSÉ EDUARDO DA SILVA
OAB/PB 12.578

ALEXANDRA CESAR DUARTE
OAB/PB 14.438

QUESITOS

- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 2) Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
- 3) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
- 4) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes) do autor?
- 5) Restou comprovada debilidade permanente devido a lesão sofrida no acidente acometido?



DUARTE E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

6) A lesão sofrida pelo autor afetou a função do membro?

ANEXO

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





17-10-15
FATURADO



Complexo Hospitalar
MANGABEIRA

GOVERNADOR TARCÍSIO BURITY

PRONTUÁRIO

Nº: 2015101453

INTERMIO EM
18/10/2015
VISTO: [assinatura]

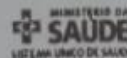
39 anos / 799089

NOME DO PACIENTE:

Marcos Antonio da Silva

ENFERMARIA: 09 LEITO: 27





FICHA DE ADMISSÃO MÉDICA

Nome: João Carlos Antonio da Silva Data da Admissão: 18/10/15
Prontuário: 101510 Idade: 39 Enfermaria: _____ Leito: _____
Nome da Mãe: 001453
Endereço: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____ Fone: _____ Profissão: _____
Sexo: F () M () Cor: _____ Estado Civil: _____ Religião: _____
Escolaridade: _____ Data de Nascimento: ____/____/____

QPD: 201 + 125mg 1x1 852

HDA: _____

Medicações em uso: _____

Interrogatório Sintomatológico:

Geral: ☐ Febre ☐ Astenia ☐ Anorexia ☐ Perda de Peso _____ Kg em _____ ☐ Prurido ☐ Sudorese
☐ Calafrios ☐ Alopecia ☐ Adenomegalias ☐ Icterícia ☐ Tonturas ☐ Outros: _____

Pele: _____

Cabeça e Pescoço: ☐ Cefaléia ☐ Espirros ☐ Rinorréia ☐ Obstrução Nasal ☐ Epistaxe
☐ Dor de Garganta ☐ Bócio ☐ Rouquidão ☐ Disfagia ☐ Audição: _____ Visão: _____

AR e ACV: ☐ Dor _____ ☐ Tosse ☐ Expectoração ☐ Hemoptise
☐ Dispneia ☐ Palpitações ☐ Desmaio ☐ Cianose ☐ Edema _____ Outros: _____

ABD: ☐ Dor _____ ☐ Pirose ☐ Solução ☐ Regurgitação ☐ Hematêmese ☐ Náuseas
☐ Vômitos ☐ Dispepsia ☐ Diarréia ☐ Melena ☐ Enterorragia ☐ Constipação ☐ Aumento de volume

AGU: ☐ Disúria ☐ Incontinência ☐ Retenção ☐ Poliúria ☐ Oligúria ☐ Noctúria ☐ Hematúria
☐ Mal Cheiro ☐ Corrimento ☐ Outras: _____

SME: ☒ Dor _____ ☐ Rigidez pós-reposso ☐ Deformidades
☐ Artralgia ☐ Calor ☐ Rubor ☒ Edema ☒ Crepitação ☐ Fraqueza ☐ Atrofia ☐ Espasmos

SN e PSO: ☐ Insônia ☐ Sonolência ☐ Convulsões ☐ Motricidade e Sensibilidade
☐ Amnésia ☐ Libido ☐ Humor

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, 5/A, CEP 56056-354, Mangabeira II, João Pessoa - PB.





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE ITABAIANA

Serviço Social

FICHA DE ENCAMINHAMENTO DE PACIENTES

Ficha N° _____ Data: 12/10/2015

Paciente: Marcos Antonio Da Silva

Origem: _____

Solicitante: _____ Clínica: _____

Motivos do Encaminhamento

Paciente vítima de queda de moto c/ trauma
contuso em tornozelo (C).

Radiografia Sugativa de Fratura

Solicitado Admissão no Ambulatório

Assinatura do Médico

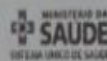
C.R.C. 7525

Medicação administrada

Encaminhamento para:

Serviço Social





RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: <u>Marcos Antônio da Silva</u>		Registro:	
Idade:	Sexo:	Cor:	Clinica:
Data: <u>28/10/15</u>	Cirurgião: <u>Dr. Anderson</u>	1º Assistente: <u>Dr. Leopoldo</u>	2º Assistente: <u>Dr. Lucas (R2)</u>
Anestesiologista:		Tipo Anestesia:	Instrumentador:
Horário: I:		T:	
DIAGNÓSTICO (S) PRÉ-OPERATÓRIO		CID	
<u>fratura do Málulo lateral esquerdo</u>			
DIAGNÓSTICO (S) PÓS-OPERATÓRIO		CID	
PROCEDIMENTO (S) CIRÚRGICO (S)		CÓDIGO	
<u>RAFI com placa e parafusos</u>			
Acidente durante Ato Cirúrgico 1 () Sim 2 (x) Não		Descreva:	
Biópsia de Congelação: 1 () Sim 2 (x) Não			
Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:			
1 (x) Enfermaria 2 () Terapia Intensiva 3 () Residência 4 () Óbito durante o Ato Cirúrgico			

Rua Ag. Façal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-364, Mangabeira II, João Pessoa - PB



DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Posição e Preparo:

Paciente em SDH sob anestesia
Aspirina + Ibuprofeno.
Passagem de goteiro.

Incisão:

Incisão póster lateral longitudinal no
tórax esquerdo
divisão até plano ósseo.

Achados:

fratura do Mâcilo lateral esquerdo

Conduta:

Redução aberta da fratura do osso lateral
estabilização com placa targa tubular de
06 furos em posição póster lateral
passagem de parafuso inter-fraquente
fixação da placa com os parafusos.

Fechamento:

fechura por planos.
curativo estéril
Retirada do Goteiro.
Tala Bata

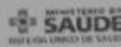
OBS:

Data: 28/10/15

MÉDICO/CRM

Rua Ag. Fioca José Costa Duarte, S/N, CEP 58055-384, Maracá, PA





NOME: Marcos Antonio de Siqueira
 SEXO: MASC IDADE: 30 ANOS
 DATA DE ADMISSÃO: 25/10/15 DATA DE ALTA: 30/10/15
 DEPARTAMENTO: Neurologia CID: S.R.6
 DIAGNÓSTICO PRINCIPAL: hemorragia intracerebral lateral esquerda
 OUTROS DIAGNÓSTICOS:
 HISTÓRICO DO DOENTE:
 PRINCIPAIS SINTOMAS: hemiparesia direita e membros superiores
 COM PLACAS E PROFIRESIS.
 EXATIDÃO DO DIAGNÓSTICO:
 EVOLUÇÃO DO DOENTE:
 SITUAÇÃO ATUAL: ☒ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO ☐ NÃO
 SITUAÇÃO ATUAL: ☒ MELHORADO ☐ REMOVIDO ☐ A PEDIDO ☐ CURADO ☐ ÓBITO
 SINAIS CLÍNICOS: hemiparesia direita e membros superiores
com placas e profíresis
 ORIENTAÇÕES PÓS ALTA
 DIETA:
 REPOUSO: Relativo em casa por 15 dias
Retorno às atividades sem esforço físico em 15 dias
Retorno às atividades com esforço físico em 30 dias e com esforço maior em 45 dias
 CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA: Lavar 4x com água e sabão duas vezes por dia. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente o Complexo Hospitalar
 MEDICAÇÕES PARA CASA: Loxenal e Capacetina
 RETORNO: 30/10/15
 DATA: 30/10/15
 ASS. MÉDICO / CRM: 11
 Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar
 Para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO
 TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.



anexo.



2º TABELÃO DE NOTAS
OSASCO - SP
COMARCA DE OSASCO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELÃO RENATO LUIZ DE PAULA SOUSA JUNIOR

* LIVRO Nº 1341 - PAGINAS. 303/306 - 1º TRASLADO *

PROCURAÇÃO PÚBLICA.

Aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete (03/02/2017), nesta Cidade e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, em diligência à Cidade de Deus, Vila Yara, compareceram como **Autoridades:**

1º) **BANCO BRADESCO S.A.**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, NIRE 35300027795, sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO realizada em 10/03/2016, registrada na JUCESP sob nº 197.738/16-3, em 10/05/2016, neste ato representado, nos termos do Parágrafo Primeiro, do artigo 13 do referido estatuto, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião Extraordinária nº 2.490, do Conselho de Administração, realizada em 10/03/2016, registrada na JUCESP sob nº 230.131/16-5, em 31/05/2016, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 16/06/2016, autenticidade nº 72569165, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 049 sob nº de ordem 106. 2º) **BANCO BRADESCARD S.A.**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.184.779/0001-01, NIRE 35300182359, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, Edifício Jauapen, Bloco D, 15º andar, Alphaville, Barueri-SP, CEP 06454-000, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO, realizada em 25/04/2016, registrado na JUCESP sob nº 261.274/16-8, em 16/06/2016, neste ato representado nos termos do parágrafo segundo do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO, realizada em 25/04/2016, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 07/07/2016, autenticidade nº 73470560, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 049 sob nº de ordem 121. 3º) **BANCO BRADESCO CARTÕES S.A.**, inscrita no CNPJ nº 59.438.325/0001-01, NIRE 35300120990, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO realizada em 27/04/2016, registrada na JUCESP sob nº 272.550/16-4, em 23/06/2016, neste ato representado nos termos do parágrafo segundo do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO realizada em 27/04/2016, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 20/07/2016, autenticidade nº 74001324, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 049 sob nº de ordem 141. 4º) **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 07.207.996/0001-50, NIRE 35300113420, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO realizada em 29/04/2016, registrada na JUCESP sob nº 292.285/16-4, em 28/06/2016, neste ato representado, nos termos do Parágrafo Segundo do Artigo 8º do referido Estatuto Social vigente, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO realizada em 29/04/2016, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 08/08/2016, autenticidade nº 74751062, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 049 sob nº de ordem 170. 5º) **BANCO BRADESCO BBI S.A.**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 06.271.464/0001-19, NIRE 35300335791, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE realizada em 10/06/2016, registrada na JUCESP sob nº 311.478/16-5, em 15/07/2016, neste ato representado nos termos parágrafo segundo do artigo 8º do referido Estatuto Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE/AGO realizada em 25/04/2016, registrada na JUCESP sob nº 295.003/16-9, em 30/06/2016, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 22/07/2016, autenticidade nº 74083577, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 049 sob nº de ordem 144. 6º) **BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.568.821/0001-22, NIRE 35221037518, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Contrato Social Consolidado datado de 29/04/2016, registrado na JUCESP sob nº 418.672/16-7, em 26/09/2016, neste ato representado, nos termos da Clausula Sétima do referido Contrato Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma consolidação contratual datada de 29/04/2016, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 07/10/2016, autenticidade nº 77338797, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 050 sob nº de ordem 060. 7º) **BRADESCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 47.509.120/0001-82, NIRE 35300151381, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO realizada em 30/04/2013, registrado na JUCESP sob nº 321.649/13-8, em 23/08/2013, neste ato representado nos termos do parágrafo primeiro do artigo 13º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião Extraordinária nº 93 do Conselho de Administração, realizada em 29/04/2016, registrada na JUCESP sob nº 307.710/16-6, em 11/07/2016, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 28/07/2016, autenticidade nº 74323704, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 049 sob nº de ordem 145. 8º) **SHOPFACIL SOLUÇÕES EM COMÉRCIO ELETRÔNICO S.A.**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 14.370.342/0001-08, NIRE 35300413270, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Cinza, 1º andar, sala 2, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Social Vigente aprovado pela AGE/AGO, realizada em 27/04/2015, e registrada na JUCESP sob nº 373.433/15-3, em 21/08/2015, neste ato representado nos termos do parágrafo segundo do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados,



06732602030317.000331745-0

P:08221 R:092745

RUA CIPRIANO TAVARES 95 - JD AGU
OSASCO SP CEP: 06010-100
FONE: 11-36810532 FAX: 11-36817246

1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

eleitos pela AGO, realizada em 28/04/2016, e registrada na JUCESP sob nº 250.967/16-9, em 09/06/2016, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 30/08/2016, autenticidade nº 75720648, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 050 sob nº de ordem 011. 9º) **BANKPAR BRASIL LTDA.**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 34.046.581/0001-14, NIRE 35221360939, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, 15º andar, Bloco "D", edifício Jauaperi, Alphaville Industrial, Barueri-SP, CEP 06454-000, com seu Contrato Social Consolidado, datado de 16/04/2014, registrado na JUCESP sob nº 188.759/14-1 em 13/05/2014, neste ato representado, nos termos da Clausula Sétima do Contrato Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião dos Sócios Cotistas, datada de 30/04/2015, registrada na JUCESP sob nº 311.378/15-8 em 21/07/2015, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 08/11/2016, autenticidade nº 78442125, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 050 sob nº de ordem 081. 10º) **BANKPAR CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 67.529.289/0001-01, NIRE 35210748205, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, 15º andar, parte, Bloco D, Edifício Jauaperi, Alphaville Industrial, Barueri-SP, CEP 06454-000, com seu Contrato Social Consolidado, datado 31/03/2015, registrado na JUCESP sob nº 274.558/15-4, em 25/06/2015, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do Contrato Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pelo Contrato Social Consolidado, datado 31/03/2015, acima mencionado, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 21/07/2016, autenticidade nº 74051169, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 049 sob nº de ordem 138. 11º) **BANCO BRADESCO BERJ S.A.**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 33.147.315/0001-15, com sede na Praça Pio X, nº 118, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20091-040, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE de 17/11/2015 registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 2861704, em 21/01/2016, neste ato representado nos termos do parágrafo segundo do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGO de 25/04/2016 registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 2911908, em 21/06/2016, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, cujas cópias ficam arquivadas nestas Notas, em pasta própria de nº 049 sob nº de ordem 115. 12º) **BANCO LOSANGO S.A. - BANCO MULTIPLO**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 33.254.319/0001-00, com sede na Praça XV de Novembro, nº 20, 11º andar, salas 1.101 e 1.102, 12º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20010-010, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE datada de 01/07/2016, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 2928042, em 22/07/2016, neste ato representado nos termos do Parágrafo Segundo do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE datada de 01/07/2016, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 049 sob nº de ordem 189. 13º) **TEMPO SERVIÇOS LTDA.**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 58.503.129/0001-00 com sede na Avenida Floriano Peixoto, nº 6500, Sala 3, Jardim Umuarama, Uberlândia-MG, CEP 38406-247, com seu Contrato Social consolidado datado de 27/02/2015, registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob nº 5497484, em 27/04/2015, neste ato representado, nos termos da Clausula Sétima do Contrato Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Quotistas datada de 30/04/2015, registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob nº 5525489, em 15/06/2015, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, cujas cópias ficam arquivadas nestas Notas, em pasta própria de nº 048 sob nº de ordem 031. 14º) **BANCO ALVORADA S.A.**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 33.870.163/0001-84, com sede na Avenida da França, nº 409, 3º andar, parte, Comércio, Salvador-BA, CEP 40010-901, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO realizada em 20/04/2016, registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia sob nº 97573131, em 20/06/2016, neste ato representado, nos termos do parágrafo segundo do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO realizada em 20/04/2016 acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, cujas cópias ficam arquivadas nestas Notas, em pasta própria de nº 049 sob nº de ordem 116. 15º) **BANCO BOAVISTA INTERATLÂNTICO S.A.**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 33.485.541/0001-06, NIRE 35300188501, com sede no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Social Vigente aprovado pela AGE/AGO, realizada em 26/04/2016, registrada na JUCESP sob nº 295.843/16-0, em 30/06/2016, neste ato representado nos termos do parágrafo segundo do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO, realizada em 26/04/2016, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 08/08/2016, autenticidade nº 74752652, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 049 sob nº de ordem 171. 16º) **BRADESCARD ELO PARTICIPAÇÕES S.A.**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.226.818/0001-00, NIRE 35300349415, com sede social no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Social Vigente aprovado pela AGE/AGO, realizada em 29/04/2016, registrada na JUCESP sob nº 248.404/16-7, em 07/06/2016, neste ato representado nos termos do parágrafo segundo do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO, realizada em 29/04/2016, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 08/07/2016, autenticidade nº 73482059, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 049 sob nº de ordem 124. 17º) **UNIÃO PARTICIPAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 05.892.410/0001-08, NIRE 35218401204, com sede administrativa no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Contrato Social Consolidado, datado de 10/08/2015, registrado



2º TABELÃO DE NOTAS

OSASCO - SP

COMARCA DE OSASCO - ESTADO DE SÃO PAULO

TABELÃO RENATO LUIZ DE PAULA SOUSA JUNIOR

na JUCESP sob nº 531.028/15-0, em 02/12/2015, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do referido Contrato Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela consolidação do Contrato Social, datada de 30/04/2015, registrada na JUCESP sob nº 388.161/15-2, em 31/08/2015, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 07/12/2016, autenticidade nº 79553291, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 050 sob nº de ordem 111. 18ª **ALVORADA ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.382.421/0001-97, NIRE 35213970324, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, 15º andar, parte, Bloco D, Alphaville, Barueri-SP, CEP 06454-000, com seu Contrato Social Consolidado datado de 28/04/2016, registrado na JUCESP sob nº 342.811/16-2, em 28/07/2016, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião das Sócios Cotistas datada de 28/04/2015, registrado na JUCESP sob nº 285.338/15-8, em 02/07/2015, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 08/11/2016, autenticidade nº 78443348, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 050 sob nº de ordem 080. Os presentes, reconhecidas suas identidades e capacidade, e por mim identificados, em virtude dos documentos apresentados, do que dou fé.- E por eles Outorgantes referidos, na forma representada, me foi dito que, por este público instrumento e nos termos de direito, nomeiam e constituem seus bastantes procuradores: 1. **PAULO RODOLFO DE RANGEL MOREIRA NETO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 4616939 – SSP/PE, inscrito na OAB/PE sob o nº 19.069 e no CPF/MF sob nº 022.408.224-81, paulorodolfo@rangelmoreira.adv.br e 2. **ANDREA FORMIGA DANTAS DE RANGEL MOREIRA**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5918448 – SSP/PE, inscrita na OAB/PE sob o nº 26.687 e no CPF/MF sob nº 034.327.514-78, andrea@rangelmoreira.adv.br; ambos do escritório **RANGEL MOREIRA ADVOCACIA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.370.565/0001-59, registrado na OAB/PE sob o nº 455, localizado na Avenida Marques de Olinda, 302, 3º andar, Recife Antigo, Recife – PE, CEP: 50030-000, agendamento@rangelmoreira.adv.br, conferindo-lhes poderes para representar os Outorgantes, agindo em conjunto ou isoladamente, mediante a outorga dos poderes da cláusula “ad judicium”, ficando os Outorgados investidos dos poderes gerais para o foro, nos termos do artigo 105 do Código de Processo Civil, podendo ainda celebrar acordos em ações cíveis limitados a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), substabelecer, nomear prepostos, assinar cartas de preposição, termos, atas e demais documentos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, mencionando ainda que, o levantamento judicial de valor fica limitado ao montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), e que deverá ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde os Outorgantes figurem em conjunto ou isoladamente, como beneficiários do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita para a AGÊNCIA 4040-1, CONTA 1-9, BANCO 237, CNPJ/MF nº 60.746.948/0001-12, específica para o recebimento dos créditos das espécies, e, para os exercícios dos poderes para oferecer queixas ou representações criminais, e celebração de acordos na Justiça do Trabalho, dependerá sempre, de prévia autorização escrita dos Outorgantes. Os substabelecimentos e a nomeação de prepostos dos poderes previstos neste instrumento deverão sempre ser assinados em conjunto de 02 (dois), independentemente da ordem de nomeação e especificar a questão a que se destinam, vedados, assim, os substabelecimentos para uso indeterminado ou genérico. Essa procuração é válida em todo Território Nacional por prazo indeterminado.- O Primeiro Outorgante é neste ato, representado por seus Diretores: **ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 100.640.876-7-SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 282.548.640-04; e **MAURICIO MACHADO DE MINAS**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 7.975.904-X-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 044.470.098-62; o Segundo Outorgante é neste ato, representado por seus Diretores: **ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 100.640.876-7-SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 282.548.640-04; e **MAURICIO MACHADO DE MINAS**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 7.975.904-X-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 044.470.098-62; o Terceiro Outorgante é neste ato, representado por seus Diretores: **ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 100.640.876-7-SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 282.548.640-04; e **MAURICIO MACHADO DE MINAS**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 7.975.904-X-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 044.470.098-62; o Quarto Outorgante é neste ato, representado por seus Diretores: **ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 100.640.876-7-SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 282.548.640-04; e **MAURICIO MACHADO DE MINAS**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 7.975.904-X-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 044.470.098-62; o Quinto Outorgante é neste ato, representado por seus Diretores: **ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 100.640.876-7-SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 282.548.640-04; e **MAURICIO MACHADO DE MINAS**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 7.975.904-X-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 044.470.098-62; o Sexto Outorgante é neste ato, representado por seus Diretores: **ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 100.640.876-7-SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 282.548.640-04; e **MAURICIO MACHADO DE MINAS**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 7.975.904-X-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 044.470.098-62; o Sétimo Outorgante é neste ato, representado por seus Diretores: **ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 100.640.876-7-SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 282.548.640-04; e **MAURICIO MACHADO DE MINAS**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 7.975.904-X-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 044.470.098-62; o Oitavo Outorgante é neste ato, representado por seus Diretores: **ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 100.640.876-7-SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 282.548.640-04; e **MAURICIO MACHADO DE MINAS**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 7.975.904-X-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 044.470.098-62; o Nono Outorgante é neste ato, representado por seus Diretores: **ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 100.640.876-7-SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 282.548.640-04; e **MAURICIO MACHADO DE MINAS**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 7.975.904-X-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 044.470.098-62; o



06732602030317.000331746-8

P:08221 R:002746

RUA CIPRIANO TAVARES 95 - JO AGU
OSASCO SP CEP: 06010-100
FONE: 11-36810532 FAX: 11-36817246

3



AGE 31.10.2001

Bradesco Seguros S.A.
Grupo Bradesco de Seguros
Estatuto Social

Título I - Da Organização, Duração e Sede

- Art. 1º) A Bradesco Seguros S.A., doravante chamada Sociedade, rege-se pelo presente Estatuto.
- Art. 2º) O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.
- Art. 3º) A Sociedade tem sede e foro no município e comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
- Art. 4º) Poderá a Sociedade instalar ou suprimir Sucursais, Filiais, Escritórios e Dependências de qualquer natureza no País, a critério da Diretoria, e no Exterior, com a aprovação, adicional, do Conselho de Administração, doravante chamado também Conselho.

Título II - Dos Objetivos Sociais

- Art. 5º) A Sociedade tem por objeto a exploração das operações de seguros e resseguros dos ramos elementares e vida, em qualquer das suas modalidades, bem como a instituição e operação de planos previdenciários nas modalidades de pecúlio e de renda, tais como definidos na legislação em vigor.

Parágrafo Único - A instituição e operação de planos previdenciários, previstos no "caput" deste Artigo, dependem de prévia autorização do Conselho, consubstanciada em Ata da reunião que apreciar e votar a matéria.

Título III - Do Capital Social

- Art. 6º) O Capital Social é de R\$1.155.000.000,00 (um bilhão, cento e cinquenta e cinco milhões de reais), dividido em 627.448 (seiscentas e vinte e sete mil e quatrocentas e quarenta e oito) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.



Bradesco Seguros S.A.
Grupo Bradesco de Seguros
Estatuto Social - 2 -

Parágrafo Primeiro - Nos aumentos de capital, a parcela de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) será realizada no ato da subscrição e o restante será integralizado mediante chamada da Diretoria, observados os preceitos legais.

Parágrafo Segundo - Todas as ações da Sociedade são escriturais, permanecendo em contas de depósito, no Banco Bradesco S.A., em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das referidas ações.

Título IV - Da Administração

- Art. 7º) A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Título V - Do Conselho de Administração

- Art. 8º) O Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, é composto de 8 (oito) a 18 (dezoito) membros, que escolherão entre si 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente.

Parágrafo Primeiro - O Conselho deliberará validamente desde que presente a maioria absoluta dos membros em exercício, inclusive o Presidente, que terá voto de qualidade, no caso de empate.

Parágrafo Segundo - Na vacância do cargo e nas ausências ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente. Nas ausências ou impedimentos temporários deste, o Presidente designará substituto entre os demais membros. Vagando o cargo de Vice-Presidente, o Conselho nomeará substituto, que servirá pelo tempo que faltar para completar o mandato do substituído.

Parágrafo Terceiro - Nas hipóteses de afastamento temporário ou definitivo de qualquer dos outros Conselheiros, os demais poderão nomear substituto, para servir em caráter eventual ou permanente, observados os preceitos da lei e deste Estatuto.



Bradesco Seguros S.A.
Grupo Bradesco de Seguros
Estatuto Social - 3 -

Art. 9º) Além das previstas em lei e neste Estatuto, são também atribuições e deveres do Conselho:

- zelar para que a Diretoria esteja, sempre, rigorosamente apta a exercer suas funções;
- cuidar para que os negócios sociais sejam conduzidos com probidade;
- de modo a preservar o bom nome da Sociedade;
- sempre que possível, preservar a continuidade administrativa, altamente recomendável à estabilidade, prosperidade e segurança da Sociedade;
- fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade;
- estabelecer o limite de endividamento da Sociedade;
- autorizar a aquisição, alienação e a oneração de bens integrantes do Ativo Permanente, bem como de participações societárias de caráter não-permanente, quando de valor superior a 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido;
- autorizar a concessão de qualquer modalidade de doação, contribuição ou auxílio, independentemente do beneficiário;
- aprovar o pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio propostos pela Diretoria;
- submeter à Assembleia Geral propostas objetivando aumento ou redução do capital social, operações de fusão, incorporação ou cisão e reformas estatutárias da Sociedade;
- deliberar sobre associações, envolvendo a Sociedade ou suas Controladas, inclusive participação em acordos de acionistas;
- aprovar a aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais;
- examinar e deliberar sobre os orçamentos e demonstrações financeiras submetidos pela Diretoria;
- avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da Sociedade e deliberar sobre os casos omissos;
- realizar o rateio da remuneração dos Administradores, estabelecida pela Assembleia Geral e fixar as gratificações de conselheiros, diretores e funcionários, quando entender de concedê-las;
- autorizar, quando considerar necessária, a representação da Sociedade individualmente por um membro da Diretoria ou por um procurador, devendo a respectiva deliberação indicar os atos que poderão ser praticados.

Parágrafo Único - O Conselho poderá atribuir funções especiais à Diretoria e a qualquer dos membros desta.



Bradesco Seguros S.A.
Grupo Bradesco de Seguros
Estatuto Social - 4 -

Art. 10) Compete ao Presidente do Conselho presidir as reuniões deste Órgão, podendo indicar para fazê-lo, em seu lugar, qualquer dos membros do Conselho.

Parágrafo Único - O Presidente do Conselho poderá convocar a Diretoria e participar, com os demais Conselheiros, de quaisquer de suas reuniões.

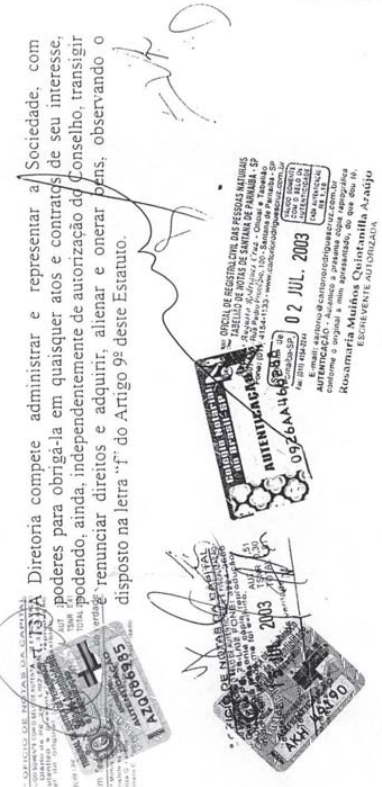
Art. 11) O Conselho reunir-se-á semestralmente e, quando necessário, extraordinariamente por convocação do seu Presidente, ou da metade dos demais membros em exercício, fazendo lavrar ata de cada reunião.

Título VI - Da Diretoria

Art. 12) A Diretoria da Sociedade, eleita pelo Conselho, com mandato de 1 (um) ano, é composta de 11 (onze) a 19 (dezenove) membros, sendo de 5 (cinco) a 8 (oito) o número de Diretores Executivos, distribuídos nas seguintes categorias de cargos: 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Geral de Tecnologia, 1 (um) Diretor Geral de Auto e Ramos Elementares, 1 (um) Diretor Geral Administrativo e Financeiro, e de 1 (um) a 4 (quatro) Diretores Gerentes, e de 6 (seis) a 11 (onze) Diretores sem designação especial.

Parágrafo Único - O Conselho fixará em cada eleição as quantidades de cargos a preencher e designará, nomeadamente, entre os Diretores Executivos que eleger, os que ocuparão as funções de Diretor-Presidente, Diretores Gerais e Diretores Gerentes, observados os requisitos dos Artigos 17 e 18 deste Estatuto.

A Diretoria compete administrar e representar a Sociedade, com poderes para obrigá-la em quaisquer atos e contratos de seu interesse, podendo, ainda, independentemente de autorização do Conselho, transigir e renunciar direitos e adquirir, alienar e onerar bens, observando o disposto na letra "r" do Artigo 9º deste Estatuto.



Bradesco Seguros S.A.
Grupo Bradesco de Seguros
Estatuto Social - 6 -

c) **Diretores Gerentes:** o desempenho das funções que lhes forem atribuídas, reportando-se ao Diretor-Presidente e aos Diretores Gerais;

d) Diretores sem designação especial: coordenar e dirigir as atividades de suas respectivas Diretorias, reportando-se ao (s) Diretor (es) Geral (is) ou Diretor (es) Gerente (s) a que ficarem subordinados.

Art. 16) Em caso de vaga, ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, inclusive do Presidente, caberá ao Conselho indicar o seu substituto.

substituto.

- Art. 17) Para o exercício do cargo de Diretor é necessário dedicar tempo integral aos serviços da Sociedade, sendo incompatível o exercício do cargo de Diretor desta com o desempenho de outras funções ou atividades profissionais, ressalvados os casos em que a Sociedade tenha interesse, a critério do Conselho.

Art. 18) Para exercer o cargo de Diretor é necessário, ainda, que o candidato,

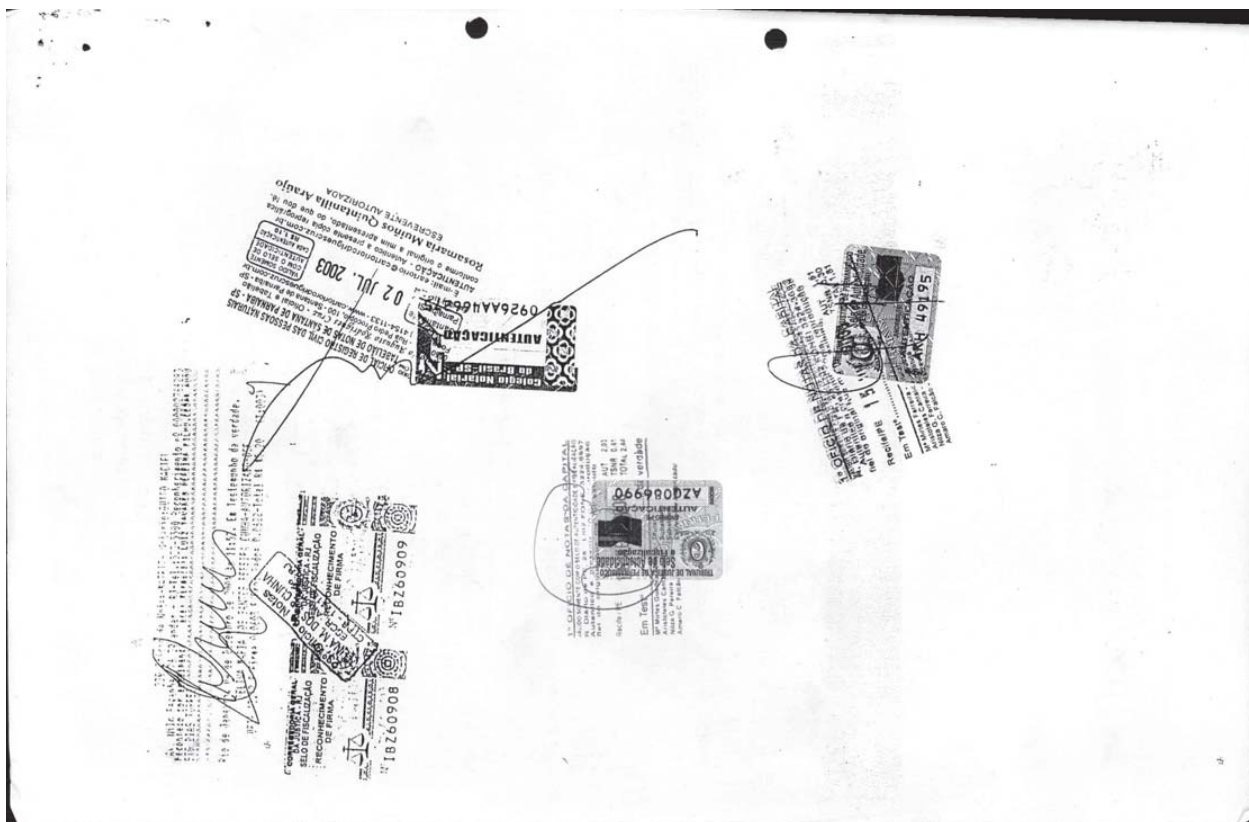
anos de idade:

Diretores Gerentes e Diretores - menos de 60 (sessenta) anos de idade.

Título VII - Do Conselho Fiscal

Art. 19) O Conselho Fiscal, não-permanente, compor-se-á quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL
DA CAPITAL, PARAÍBA.**

REFERÊNCIA: PROCESSO NÚMERO: 0816740-90.2018.8.15.2001

BANCO BRADESCO SEGUROS S.A., instituição bancária privada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Cidade de Deus, Vila Yara, s/nº, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número 33.055.146/0001-93, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**, que lhe promove **MARCOS ANTONIO DA SILVA**, por seus advogados infra-assinados:

Em virtude da ausência de despacho inicial nos autos do processo conforme se verifica, vem requerer o que se segue:

- 1) SEJA PROFERIDO DESPACHO INICIAL;
- 2) SEJA MARCADA AUDIENCIA DE CONCILIAÇÃO;
- 3) SEJA O BANCO INTIMADO DA DATA DA AUDIENCIA DE CONCILIAÇÃO ATRAVES DA BELA Andrea Formiga D. de Rangel Moreira OAB-PE 26.687/OAB-PB 21.740-A.

WWW.RANGELMOREIRA.ADV.BR

Au. Marques de Olinda, 302 - andares 3 e 5. Bairro do Recife - Recife / PE

F: 81 3325.5133 | E: advocacia@rangelmoreira.com





Por fim, requer determine a Secretaria que, doravante, todas as intimações sejam feitas em nome da advogada Andrea Formiga D. de Rangel Moreira (OAB-PE 26.687), no endereço constante do timbre abaixo, para os fins do art. 272, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil e demais finalidades de lei e de estilo, sob pena de nulidade.

Pede deferimento.

João Pessoa, 28 de março de 2018.

Andrea Formiga D. de Rangel Moreira
OAB-PE 26.687/OAB-PB 21.740-A

WWW.RANGELMOREIRA.ADV.BR

Au. Marques de Olinda, 302 - andares 3 e 5. Bairro do Recife - Recife / PE

F: 81 3325.5133 | **E:** aduocacia@rangelmoreira.com



em anexo.





Poder Judiciário da Paraíba
14ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0816740-90.2018.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

A parte autora afirma que, em decorrência de acidente automobilístico, sofreu lesões no punho direito e que, em razão dessas lesões, o membro afetado restou acometido de debilidade permanente.

Sustenta que, de acordo com a tabela da Lei do Seguro DPVAT, fazia jus a uma indenização de R\$ 6.750,00 e que, no entanto, recebeu na via administrativa apenas o valor de R\$ 1.687,50.

Todavia, apesar da clareza e coerência com que expõe os fatos e fundamentos da lide, o promovente, ao final, acabou por formular pedido incerto. Isso porque pleiteou receber o que chamou de *“diferença a ser apurada em perícia judicial”*.

Ora, a diferença entre o teto indenizatório R\$ 6.750,00 – previsto na tabela da Lei . para sua lesão - e R\$ 1.687,50 – valor recebido na via administrativa – equivale a R\$ 8.062,50. Logo, a partir dos fatos e fundamentos que delineou na exordial, é possível ao autor deduzir pedido específico e quantificado, de sorte que se deve obedecer aos artigos 322 e 324 do CPC/2015.

Desse modo, faz-se necessário emendar a inicial, para que o autor indique o valor que entende devido, cabendo aqui esclarecer que a perícia não tem a finalidade de dar complemento ao pedido, mas apenas comprovar ou desconstituir o fato previamente alegado, no qual se funda pedido certo e específico. Quantificar desde logo o valor pretendido também se faz indispensável para o caso de revelia, hipótese em que não se produzirá a prova pericial, devendo, portanto, haver um valor certo sobre o qual se pautará a presunção de veracidade.



Também verifico que o documento juntado para fins de comprovação o endereço do autor está em nome de terceiro.

Sendo assim, **intime-se** o demandante para, em 15 dias, emendar a inicial, sob pena de seu indeferimento para, observando as razões acima expostas:

a) quantificar a diferença indenizatória que pretende receber através desta ação;

b) juntar comprovante de endereço, emitido em seu nome ou esclarecer e comprovar, por documento hábil, o vínculo com o titular da fatura de energia elétrica, que anexou à inicial, para o fim de comprovar seu domicílio.

João Pessoa, data da assinatura digital.

Alexandre Targino Gomes Falcão

Juiz de Direito





14ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, 532, 5º ANDAR, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Nº do processo: 0816740-90.2018.8.15.2001

INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)

De ordem do MM. Juiz de Direito da vara supra, INTIMO o(a) advogado(a) do(a) autor(a), de todo teor do despacho abaixo:

DESPACHO

Vistos, etc.

A parte autora afirma que, em decorrência de acidente automobilístico, sofreu lesões no punho direito e que, em razão dessas lesões, o membro afetado restou acometido de debilidade permanente.

Sustenta que, de acordo com a tabela da Lei do Seguro DPVAT, fazia jus a uma indenização de R\$ 6.750,00 e que, no entanto, recebeu na via administrativa apenas o valor de R\$ 1.687,50.

Todavia, apesar da clareza e coerência com que expõe os fatos e fundamentos da lide, o promovente, ao final, acabou por formular pedido incerto. Isso porque pleiteou receber o que chamou de *“diferença a ser apurada em perícia judicial”*.



Ora, a diferença entre o teto indenizatório R\$ 6.750,00 – previsto na tabela da Lei . para sua lesão - e R\$ 1.687,50 – valor recebido na via administrativa – equivale a R\$ 8.062,50. Logo, a partir dos fatos e fundamentos que delineou na exordial, é possível ao autor deduzir pedido específico e quantificado, de sorte que se deve obedecer aos artigos 322 e 324 do CPC/2015.

Desse modo, faz-se necessário emendar a inicial, para que o autor indique o valor que entende devido, cabendo aqui esclarecer que a perícia não tem a finalidade de dar complemento ao pedido, mas apenas comprovar ou desconstituir o fato previamente alegado, no qual se funda pedido certo e específico. Quantificar desde logo o valor pretendido também se faz indispensável para o caso de revelia, hipótese em que não se produzirá a prova pericial, devendo, portanto, haver um valor certo sobre o qual se pautará a presunção de veracidade.

Também verifico que o documento juntado para fins de comprovação o endereço do autor está em nome de terceiro.

Sendo assim, **intime-se** o demandante para, em 15 dias, emendar a inicial, sob pena de seu indeferimento para, observando as razões acima expostas:

- a) quantificar a diferença indenizatória que pretende receber através desta ação;
- b) juntar comprovante de endereço, emitido em seu nome ou esclarecer e comprovar, por documento hábil, o vínculo com o titular da fatura de energia elétrica, que anexou à inicial, pra o fim de comprovar seu domicílio.

João Pessoa, data da assinatura digital.

Alexandre Targino Gomes Falcão

Juiz de Direito

João Pessoa, 20 de junho de 2018.



Rosa Germana Souza dos Santos Lima

Técnico Judiciário



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 14ª VARA CIVE
DA COMARCA DA CAPITAL.

JUSTIÇA GRATUITA

MARCOS ANTONIO DA SILVA, já devidamente qualificada nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA no processo supra, vem, por meio dos advogados *in fine* assinados, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, apresentar sua EMENDA À PETIÇÃO INICIAL, atendendo à determinação deste douto Juízo, nos termos do art. 321 do Novo Código de Processo Civil atendendo à determinação deste douto Juízo, requerer a juntada do comprovante de residência. Informo na oportunidade que o comprovante de residência encontra se em nome de terceiro, uma vez que o autor reside em sítio, não possuindo nenhum comprovante de residência em seu nome.

Diante do exposto, requer o prosseguimento do feito, tudo por ser de inteira e lidima justiça.

Pede e espera deferimento.

João Pessoa, 12 de julho de 2018.

JOSÉ EDUARDO DA SILVA

OAB-PB 12578



MARCONE BERNARDO DA SILVA
SIT MARACAIPE, S/N - AREA RURAL
ITABAIANA / PB CEP: 58380000 (AU 1113)

Emissão: 27/06/2018 Referência: Jun / 2018

Classe/Subcl: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL TRIFÁSICO
Roteiro: 18 - 113 - 431 - 3650 Nº medidor: 00009662712



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 08.095.183/0001-40 Insc. Est. 18.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 008.730.234
Cód. para Déb. Automático: 00017035940

Atendimento ao Cliente ENERGISA **0800 083 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF / CNPJ / RANI
Jun / 2018	27/06/2018	27/07/2018	1311055401 <small>Insc. Est.</small>

UC (Unidade Consumidora): 5/1703594-0

Canal de contato

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
28/05/18	8810	27/06/18	8987	1	177	30

Demonstrativo							
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc. Aliq.	ICMS(R\$)	Base Calc. PIS(R\$)	Cofins(R\$)
		Tributos Totais(R\$)		ICMS(R\$)	PIS/Cofins(R\$)	(0,90000%)(4,1484%)	
0601	Consumo em kWh	177,000	0,727050	128,83	128,83	27	34,78
0601	Adic. B. Amarela	0,25	0,25	37	0,06	0,25	0,00
0601	Adic. B. Vermelha	11,77	11,77	37	3,18	11,77	0,10
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS							
0807	CONTROLE ILUM. PÚBLICA	6,80	0,00	0	0,00	0,00	0,00

CCI	Código de Classificação do Item	TOTAL	147,85	140,85	38,02	140,85	1,28	5,84
-----	---------------------------------	-------	--------	--------	-------	--------	------	------

Média últimos meses (kWh)
228

VENCIMENTO
04/07/2018

TOTAL A PAGAR
R\$ 147,65

Histórico de Consumo (kWh)

297	70	197	178	186	333	409	291	205	171	187	200
Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18



Assinado eletronicamente por: ALEXANDRA CESAR DUARTE - 12/07/2018 11:13:05

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18071211115554600000014929731>

Número do documento: 18071211115554600000014929731



Poder Judiciário da Paraíba
14ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0816740-90.2018.8.15.2001

DESPACHO

Vistos etc.

Intime-se mais uma vez a promovente para, em improrrogáveis 15 dias, cumprir a determinação posta na alínea “a” do despacho inicial (ID 14291860), sob pena de indeferimento da inicial por inépcia.

Decorrido o prazo acima, sem cumprimento da ordem, **FAÇA-SE CONCLUSÃO PARA SENTENÇA.**

João Pessoa, data da assinatura digital.

Alexandre Targino Gomes Falcão

Juiz de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
14ª Vara Cível da Capital

PROCESSO Nº 0816740-90.2018.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: MARCOS ANTONIO DA SILVA
RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

INTIMAÇÃO

De ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara, INTIMO o(s) advogado(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da decisão adiante transcrita e, no prazo legal, apresentar manifestação. João Pessoa, 23 de outubro de 2019.

Laura Lucena de Almeida Pessoa Pereira - Analista Judiciária

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0816740-90.2018.8.15.2001

DESPACHO

Vistos etc.

Intime-se mais uma vez a promovente para, em improrrogáveis 15 dias, cumprir a determinação posta na alínea “a” do despacho inicial (ID 14291860), sob pena de indeferimento da inicial por inépcia.

Decorrido o prazo acima, sem cumprimento da ordem, **FAÇA-SE CONCLUSÃO PARA SENTENÇA.**

João Pessoa, data da assinatura digital.



Alexandre Targino Gomes Falcão

Juiz de Direito



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 14ª VARA CIVE DA COMARCA DA CAPITAL.

JUSTIÇA GRATUITA

MARCOS ANTONIO DA SILVA, já devidamente qualificada nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA no processo supra, vem, por meio dos advogados *in fine* assinados, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, atendendo à determinação deste douto Juízo, informar conforme documentos médicos juntados na inicial, o autor sofreu fratura **de maléolo lateral esquerdo, evoluindo com dores**.

Dessa forma, por apresentar sequelas que decorreram do acidente de trânsito, o autor ajuizou ação de cobrança para recebimento do seguro social.

Na inicial foi solicitado perícia médica da confiança do juízo para que esse possa avaliar as sequelas do autor e verificar que a debilidade é permanente e irreversível. Aliás, a competência é do perito. Importante frisar que é impossível a parte autora indicar o valor exato, pois a prova é meramente técnica, todavia entendemos como o valor justo a diferença a ser recebida, qual seja, R\$ 5.062,50 (cinco mil sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

Diante do exposto, requer o prosseguimento do feito, requerendo desde já a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, para que possa auferir o grau de debilidade do autor, e deverá a mesma ser produzida por **médico especialista**, PERITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, conforme preconiza a resolução 003/2013, tudo por ser de inteira e lidima justiça.

Pede e espera deferimento.

João Pessoa, 18 de novembro de 2019.

Danos Corporais Totais

Percentual



Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico

da Perda

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés

Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior

Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral

Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental 100

alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre

deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d)

comprometimento de função vital ou autonômica

Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais,

pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis

de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de

qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital

Danos Corporais Segmentares (Parciais)

Percentuais

Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores

das Perdas

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou

de uma das mãos 70

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores



Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés

50

Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo

polegar

25

Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo

Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da

mão

10

Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé

Danos Corporais Segmentares (Parciais)

Percentuais

Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais

das Perdas

Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou

50

da visão de um olho

Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral

25

Perda integral (retirada cirúrgica) do baço

10





Poder Judiciário da Paraíba
14ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0816740-90.2018.8.15.2001

DECISÃO

Vistos, etc.

Na emenda, o autor finalmente fez o que não fizera na inicial, isto é, revelou que as regiões do seu corpo, afetadas no acidente, esclarecendo que sofreu “*fratura de maléolo lateral esquerdo, evoluindo com dores.*”

Desse modo, mais que indicar as lesões instantâneas (com fraturas, contusões, etc), repita-se, aquelas que se perpetram no instante do sinistro, o autor, em sede de emenda, também esclareceu as sequelas que resultam em definitivo das referidas lesões.

Outrossim, o promovente quantificou a diferença indenizatória pleiteada.

Sendo assim, **ACOLHO** a emenda e a comprovação do domicílio, pelo que **RECEBO** a inicial, concedendo ainda **JUSTIÇA GRATUITA**.

Pois bem. As estatísticas apontam índice 0% de acordos celebrados nas audiências de mera tentativa de conciliação, realizadas nas ações do seguro DPVAT, nas quais as partes em, 100% das audiências, apenas transigem, após a realização de exame médico na pessoa do segurado, atestando e graduando a lesão ensejadora da indenização securitária. Aliás, em muitos casos, as partes recusam a transação, mesmo após a realização do exame pericial.



Destarte, a par do contexto acima traçado, o cumprimento do art. 334 do CPC/2015 mostra-se uma formalismo processual comprovadamente inútil. Além do mais, em razão do monumental volume de serviço e a ordem cronológica no cumprimento dos despachos judiciais, a escrivania desta vara ainda levaria meses para realizar o agendamento da referida audiência na pauta do CEJUSC, razão pela qual sua designação ocasionaria um prejuízo ainda mais grave para as partes e para a marcha processual.

Sendo assim, em obediência ao princípio da razoável duração do processo, tal como determina o art. 139, II, do CPC, considerando que não há nulidade sem prejuízo, excepcionalmente **DEIXO** de designar a audiência prévia nestes autos, para ordenar, desde logo a citação da promovida.

Decorrido o prazo da Resolução 3131/2002 do CNJ, ressalvada a hipótese de sua prorrogação ou abreviação, **cite-se com gratuidade** a demandada para contestar a ação em 15 dias, a contar na forma do art. 231 do CPC, sob pena de revelia.

João Pessoa, data da assinatura digital.

Alexandre Targino Gomes Falcão

Juiz de Direito



Poder Judiciário da Paraíba

14ª Vara Cível da Capital

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO ADVOGADOS(AS) DAS PARTES

De ordem do MM Juiz(a) de Direito deste 14ª Vara Cível da Capital, e em cumprimento a determinação constante dos autos, ficam intimados(as) os advogados(as) da parte AUTORA da decisão abaixo discriminada:

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0816740-90.2018.8.15.2001

DECISÃO

Vistos, etc.

Na emenda, o autor finalmente fez o que não fizera na inicial, isto é, revelou que as regiões do seu corpo, afetadas no acidente, esclarecendo que sofreu “*fratura de maléolo lateral esquerdo, evoluindo com dores.*”

Desse modo, mais que indicar as lesões instantâneas (com fraturas, contusões, etc), repita-se, aquelas que se perpetram no instante do sinistro, o autor, em sede de emenda, também esclareceu as sequelas que resultam em definitivo das referidas lesões.

Outrossim, o promovente quantificou a diferença indenizatória pleiteada.

Sendo assim, **ACOLHO** a emenda e a comprovação do domicílio, pelo que **RECEBO** a inicial, concedendo ainda **JUSTIÇA GRATUITA**.



Pois bem. As estatísticas apontam índice 0% de acordos celebrados nas audiências de mera tentativa de conciliação, realizadas nas ações do seguro DPVAT, nas quais as partes em, 100% das audiências, apenas transigem, após a realização de exame médico na pessoa do segurado, atestando e graduando a lesão ensejadora da indenização securitária. Aliás, em muitos casos, as partes recusam a transação, mesmo após a realização do exame pericial.

Destarte, a par do contexto acima traçado, o cumprimento do art. 334 do CPC/2015 mostra-se uma formalismo processual comprovadamente inútil. Além do mais, em razão do monumental volume de serviço e a ordem cronológica no cumprimento dos despachos judiciais, a escrivania desta vara ainda levaria meses para realizar o agendamento da referida audiência na pauta do CEJUSC, razão pela qual sua designação ocasionaria um prejuízo ainda mais grave para as partes e para a marcha processual.

Sendo assim, em obediência ao princípio da razoável duração do processo, tal como determina o art. 139, II, do CPC, considerando que não há nulidade sem prejuízo, excepcionalmente **DEIXO** de designar a audiência prévia nestes autos, para ordenar, desde logo a citação da promovida.

Decorrido o prazo da Resolução 3131/2002 do CNJ, ressalvada a hipótese de sua prorrogação ou abreviação, **cite-se com gratuidade** a demandada para contestar a ação em 15 dias, a contar na forma do art. 231 do CPC, sob pena de revelia.

João Pessoa, data da assinatura digital.

Alexandre Targino Gomes Falcão

Juiz de Direito

João Pessoa, 17 de abril de 2020

Sara Adriana de Macedo

Técnica Judiciária



18 de abril de 2020

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA CAPITAL
14.ª VARA CÍVEL

CUMPRIMENTO DE ATO ORDINATÓRIO

Certifico, que deixei dar cumprimento a decisão de ID **29604443**, que determinou a expedição do mandado/carta, em razão do cumprimento ao Ato Normativo 002/2020/ TJPB/ MPPB/ DPE-PB/ OAB-PB, Art. 11, § 6º, publicado em 17 de março de 2020

João Pessoa 18 de abril de 2020

Sara Adriana de Macedo

Técnica Judiciária

JOÃO PESSOA

SARA ADRIANA DE MACEDO





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
14ª Vara Cível da Capital

PROCESSO Nº 0816740-90.2018.8.15.2001
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[Acidente de Trânsito]

AUTOR: MARCOS ANTONIO DA SILVA
REU: BRADESCO SEGUROS S/A

Mandado de Citação

De de ordem do MM. Juiz de Direto desta vara, **manda o oficial de justiça, que CITE O BRADESCO SEGUROS S/A, na pessoa do seu representante legal, endereço: PQ SOLON DE LUCENA, 641, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-131**, para que, recebendo a cópia da inicial anexa, tome conhecimento da ação supramencionada, impetrada perante este Juízo, e, querendo, **contestá-la, no prazo de 15 (quinze) dias**, observando os termos dos artigos 344, do Novo Código de Processo Civil, de forma que, se a ação não for contestada, serão presumidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor na petição inicial ID13105867 e emenda ID 15306294, cujas cópias seguem anexas.

JOÃO PESSOA, em 18 de junho de 2020.

SARA ADRIANA DE MACEDO

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:
XXXXXXXXXXXXXX



CERTIDÃO

Certifico que, dei inteiro cumprimento ao presente mandado, citando o Bradesco Seguros S/A, através do e-mail vanda.wanderley@bradescoseguros.com.br, conforme confirmação de recebimento da Srª. Rosimary Soares Costa, através do e-mail rosimary.costa@bradescoseguros.com.br. O referido é verdade, dou fé. João Pessoa, em 03 de setembro de 2020.

Almir Araújo de França

Mat. 471386-9.

